



Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG)



Danielle Sampaio Barreiros

Desafios enfrentados pelo bibliotecário atuante em escritórios de advocacia do Rio de Janeiro
e a sua formação

Rio de Janeiro
2014

Danielle Sampaio Barreiros

Desafios enfrentados pelo bibliotecário atuante em escritórios de advocacia do Rio de Janeiro
e a sua formação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades
de Informação (CBG/FACC), da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito final
para obtenção do Grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Maria de Fátima Gonçalves
Coorientadora: Maria Irene da Fonseca e Sá

Rio de Janeiro
2014

B271d Barreiros, Danielle Sampaio.

Desafios enfrentados pelo bibliotecário atuante em escritórios de advocacia do Rio de Janeiro e a sua formação / Danielle Sampaio Barreiros. – Rio de Janeiro, 2014.

33f. : il.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

1. Bibliotecas jurídicas. 2. Escritórios de advocacia. 3. Bibliotecário Jurídico. 4. Rio de Janeiro. I. Gonçalves, Maria de Fátima. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD:026

Danielle Sampaio Barreiros

Desafios enfrentados pelo bibliotecário atuante em escritórios de advocacia do Rio de Janeiro
e a sua formação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação (CBG/FACC), da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito final para obtenção do Grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em:

Prof.^a Maria de Fátima Borges Gonçalves de Miranda
Mestre em Ciência da Informação
Orientadora

Prof.^a Maria Irene da Fonseca e Sá
Doutora em Ciência da Informação
Coorientadora

Prof.^a Maria das Graças Freitas Souza Filho
Mestre em Ciência da Informação
Professora Convidada

Prof.^a Maria José Veloso da Costa Santos
Mestre em Ciência da Informação
Professora Convidada

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter me dado sabedoria, paciência, determinação e discernimento ao tomar decisões em minha vida.

Minha mãe Léa pelo amor e dedicação que sempre ofertou a mim, que não mediu esforços para me apoiar e incentivar na finalização dessa empreitada.

Ao meu pai querido (*in memorian*), que apesar de não estar entre nós sempre me incentivou a seguir uma carreira através da graduação por acreditar que eu era capaz e merecia mais do que ele havia me oferecido.

Ao meu irmão Leandro por sempre acreditar e confiar que eu era capaz de coisas grandes.

Aos meus irmãos Tiago e Alessander por sempre acreditarem em mim e estarem ao meu lado.

Minha amiga Lilian Casimiro por ter me apresentado ao curso de Biblioteconomia e tornado possível que hoje eu viesse a ser uma bibliotecária.

Bruno Godinho, que embora hoje não esteja mais no meu convívio foi um dos meus grandes incentivadores e apoiadores no início de tudo e uma das razões pelas quais tive desejo e ímpeto de iniciar na graduação.

Minha amiga Andressa Rodrigues que durante os anos de faculdade foi minha confidente, companheira, ajudadora e se tornou uma grande amiga.

Guilherme Peres que me deu apoio e esteve ao meu lado durante grande parte desse processo.

Minha amiga Andressa Rodrigues que durante os anos de faculdade foi minha confidente, companheira, ajudadora e se tornou uma grande amiga.

Á Keilly, Daysid, Janaína e Monique que foram essenciais na parte final da faculdade, através do apoio e auxílio que me ofereceram sempre de forma prestativa.

Aos meus amigos Bianca Moraes, Camila Castro, Anna Papa, Sandra Regina, Leda Rodrigues e Gabriel Martins por todo apoio, incentivo, conselhos e até mesmo piadinhas sobre minha opção de curso.

Rodolfo Junqueira que me ajudou de forma muito prestativa por meio de seus conhecimentos jurídicos a desenvolver essa monografia de forma correta e exata.

Aos bibliotecário Rodrigo, Cristina, Mariland, Samanta e Mariana por terem ofertado de seu tempo para me auxiliar na consecução e término da minha monografia.

Aos professores Maria das Graças, Maria José e Cássia de Deus que me fizeram ter amor à profissão através de aulas muito bem ministradas.

À minha orientadora Maria de Fátima que me prestou auxílio no desenvolvimento desta monografia.

À minha coorientadora Maria Irene que me prestou tão essencial auxílio na realização e término deste trabalho.

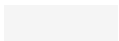
A todos os amigos que me ajudaram e que por lapso esqueci-me de mencionar, muito obrigada a todos.

RESUMO

BARREIROS, Danielle Sampaio. **Desafios enfrentados pelo bibliotecário atuante em escritórios de advocacia do Rio de Janeiro e a sua formação**. 2014, 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

Pretende averiguar quais são os desafios enfrentados pelo bibliotecário no exercício de suas atividades em escritórios de advocacia no estado do Rio de Janeiro, de acordo com a visão dos próprios profissionais, no que concerne as especificidades e complexidades da área em questão e a relação com sua formação em nível de graduação. Busca identificar de quais maneiras esses profissionais conseguem contornar as dificuldades enfrentadas no exercício de suas atividades e se os cursos de graduação em biblioteconomia oferecem disciplinas que abarquem conteúdos jurídicos de forma a preparar tais profissionais para o exercício de suas profissões. Utiliza para o estudo do tema proposto a abordagem qualitativa de pesquisa e como instrumento de coleta de dados faz uso de entrevistas individuais estruturadas aplicadas a bibliotecários atuantes em cinco escritórios jurídicos privados localizados no Rio de Janeiro. Conclui ressaltando a importância da educação continuada no exercício da profissão dos bibliotecários jurídicos e apresenta alternativas que auxiliem na obtenção de noções jurídicas sem a qual os bibliotecários que atuam em escritórios jurídicos não podem exercer suas funções de forma satisfatória.

Palavras-Chave: Bibliotecas Jurídicas. Escritórios de Advocacia. Bibliotecário Jurídico. Rio de Janeiro.



ABSTRACT

BARREIROS, Danielle Sampaio. Desafios enfrentados pelo bibliotecário atuante em escritórios de advocacia do Rio de Janeiro e a sua formação. 2014, 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

Seeks to ascertain what are the challenges faced by librarians in the exercise of their activities in law firms in the state of Rio de Janeiro, according to the vision of the professionals themselves, as regards the specificities and complexities of the area and the relationship with their training at the undergraduate level. Seeks to identify in what ways these professionals can face the difficulties in the exercise of their activities and undergraduate courses in librarianship offer courses that cover legal content in order to prepare these professionals to exercise their professions . Uses proposed for the study of the qualitative research approach and as an instrument of data collection makes use of structured interviews applied to active librarians in five private law firms located in Rio de Janeiro theme . Concludes stressing the importance of continuing education in the profession of law librarians and presents alternatives to assist in obtaining legal concepts without which the librarians who work in law firms may not perform their duties satisfactorily.

Keywords: Law Libraries. Law Firms. Law Librarian. Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1	O DIREITO	13
2.2	TERMINOLOGIA JURÍDICA	14
2.3	FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA	15
2.3.1	Doutrina.....	15
2.3.2	Legislação	16
2.3.3	Jurisprudência	16
2.4	ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA.....	16
2.5	O BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO E SUA FORMAÇÃO	18
3	METODOLOGIA.....	20
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	21
4.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	21
4.2	FORMAÇÃO EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO.....	22
4.3	DESAFIOS ENFRENTADOS PELO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO.....	23
4.4	EDUCAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA JURÍDICA.....	24
4.5	ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA E A GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE A.....	33

1 INTRODUÇÃO

A área jurídica oferece muitas oportunidades ao bibliotecário, que pode atuar em bibliotecas jurídicas de órgãos públicos ou privados, departamentos jurídicos de empresas públicas ou privadas, universidades, escritórios de advocacia, entre outros.

Em relação às potenciais oportunidades de trabalho encontradas em escritórios privados de advocacia, informações fornecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional do Rio de Janeiro (OABRJ) revelam que existem cerca de 20.000 associações de advogados regularmente cadastradas no Brasil, sendo que quatro mil dessas associações estão situadas no Rio de Janeiro.

No entanto, apesar da área jurídica oferecer grandes oportunidades, também demonstra muitas peculiaridades que devem ser observadas pelo profissional bibliotecário que pretende atuar ou que até mesmo já atue nesse campo.

Segundo Baptista (2008) o bibliotecário recém-formado, em especial, enfrenta muitos desafios, pois essa é uma área difícil para quem não tem familiaridade com a linguagem, fontes de informação, tipologia de documentos e outras particularidades da informação jurídica.

Com relação à terminologia, o campo do Direito “utiliza uma linguagem especializada nem sempre fácil de ser decodificada”. (BAPTISTA et al., 2008, p.158). Nesse sentido, a compreensão da linguagem pode se tornar uma barreira para os que não possuem conhecimentos da área jurídica.

Tamanha a complexidade da área jurídica, que foi até mesmo desenvolvida uma classificação específica para a área do Direito, a Classificação Decimal de Direito, que é um sistema específico para obras jurídicas nacionais, desenvolvido por Dóris de Queiroz Carvalho que é bibliotecária também bacharela em Direito. Essa classificação foi criada devido à necessidade de “detalhar a Classificação Decimal de Dewey na classe 340, referente ao Direito” e inserir novos ramos. (CARVALHO, 2002, p.3).

Outro desafio que o bibliotecário que atua ou deseja atuar na área jurídica encontra, diz respeito à imensa quantidade de informações jurídicas que são produzidas no país e os diferentes tipos documentais.

No que tange a abundante produção de informação jurídica, nota-se que:

No Brasil, diariamente ocorre uma grande produção de informação nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais elaboram e editam um emaranhado de leis, decretos, instruções, medidas provisórias, emendas constitucionais, súmulas e jurisprudência, gerando um acúmulo de informações muito grande. (SILVA, F., 2005, p.23).

Um levantamento realizado que tratava da quantidade de normas jurídicas editadas no Brasil no período de 05/10/1988 a 05/10/2007 revelou que: “foram editadas 3.628.013 [...] normas que regem a vida dos cidadãos brasileiros. Isto representa, em média, 523 normas editadas todos os dias ou 766 normas editadas por dia útil”. (AMARAL et al. , 2007, p.2 apud PASSOS;BARROS, 2009, p.98).

Aliado a isso, são publicados diversos livros, artigos, reportagens, entre outros, com conteúdo teórico acerca da aplicação das leis, denominados na área jurídica como “doutrina”. Esses livros são constantemente atualizados e reeditados devido às constantes mudanças na legislação. A Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), “mostra que, entre 1980 e 2006, foram publicados 37. 332 livros e capítulos de livros, 72.311 artigos de periódicos e 5.230 artigos de jornais”. (PASSOS; BARROS, 2009, p.97).

Ainda, segundo Passos e Barros (2009), o IusData, banco de dados de artigos de periódicos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), adiciona a seus registros 5.500 novas referências todos os anos.

Neste sentido, de acordo com Pinho e Barbosa (2011) faz-se necessário ao bibliotecário jurídico conhecer bem a terminologia, tipos documentais jurídicos, fontes de informação da área bem como estar atento às constantes mudanças na legislação a fim de satisfazer as necessidades dos usuários, que costumam ser exigentes e específicos em suas pesquisas, uma vez que suas necessidades apresentam elevado grau de dificuldade.

No entanto, segundo Passos e Barros (2009, p.110) a formação dos cursos de graduação em biblioteconomia em sua maioria possuem caráter generalista, por isso, “não tem conseguido formar o profissional adequado para atuar especificamente na área de documentação jurídica”. Diante da falta de preparo em nível de graduação, quais os desafios que os bibliotecários que atuam ou que pretendem atuar em escritórios jurídicos no Rio de Janeiro enfrentam? Ainda, de que maneira obtém os conhecimentos tão necessários ao exercício de sua profissão?

O presente trabalho, portanto, pretende como objetivo geral identificar que desafios enfrentam os bibliotecários que atuam em escritórios de advocacia no Rio de Janeiro com relação às peculiaridades e complexidades da área jurídica.

Como objetivos específicos pretendeu-se:

- a) verificar se os bibliotecários tiveram acesso a disciplinas que oferecessem conhecimentos jurídicos na graduação em biblioteconomia;
- b) obter informação quanto a se o profissional fez uso da educação continuada na complementação de sua formação;
- c) contribuir na questão da avaliação da necessidade ou não de inclusão de disciplinas jurídicas nos cursos de graduação ou na necessidade de criação de cursos especializados na área jurídica.

A escolha do tema desenvolveu-se a partir da necessidade de analisar os desafios que o bibliotecário enfrenta ao atuar especificamente em escritórios jurídicos no Rio de Janeiro, com respeito a sua formação, que em sua maioria é de caráter generalista, não oferecendo disciplinas em nível de graduação que abordem conteúdos jurídicos. Visto este ser um assunto pouco tratado pelos estudiosos e pesquisadores, a temática faz-se relevante à medida que lança luz sobre a situação em questão.

O tema é importante para estudo e pesquisa visto a área jurídica ser um campo amplo e com muitas oportunidades para a atuação do bibliotecário. Além disso, a temática é importante para os estudantes que pretendem atuar na área jurídica ao concluírem a graduação, pois dá subsídios a estes a fim de se prepararem para concorrer e obter tais posições.

Por fim, o trabalho pretende contribuir para a discussão acerca da necessidade de inclusão de disciplinas jurídicas nos cursos de biblioteconomia, mais especificamente acerca da

necessidade de criação de cursos de especialização para a complementação da formação do profissional bibliotecário que pretende atuar na área jurídica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nessa seção serão apresentados aspectos conceituais no campo do Direito, questões concernentes à complexidade da terminologia jurídica, bem como as principais fontes de informação jurídicas existentes. Serão abordadas também questões acerca do funcionamento dos escritórios jurídicos privados no Rio de Janeiro e a atuação dos bibliotecários nesses locais, bem como aspectos relacionados à formação desses profissionais.

2.1 O DIREITO

O homem é um ser reconhecidamente social, segundo tese levantada por Aristóteles, sendo assim, é “incapaz de viver ou existir dentro de um contexto alheio ou isolado da sociedade à qual pertença” (CARMO, 2005, p.).

No entanto, segundo Neves (2005) a vida em sociedade exige a observância de normas de conduta que regulem sua convivência com os demais. Essas normas de conduta envolvem o cumprimento de deveres e obrigações, assim como em contrapartida, o usufruto de direitos. A função primordial do Direito é então “buscar ordenar as relações sociais por meio de regras e normas pré-estabelecidas tendo em vista o bem comum dos indivíduos” (SILVA, M., 2010, p.18).

O Direito tem se mostrado elemento indissociável da sociedade, visto estar em todos os aspectos da vida humana, tendo em vista a vastidão de assuntos por ele abarcados, recebendo até mesmo a alcunha de “a ciência da disciplina da convivência humana”. (GONÇALVES; SANTOS, 2009, p.) O Direito, portanto, relaciona-se com todas as áreas da vida humana, sendo por isso, de caráter essencialmente interdisciplinar.

No Brasil, o Direito divide-se em dois grandes ramos: Direito Público e Direito Privado.

O Direito público “rege as relações do Estado e do interesse público (coletivo), serviços e bens públicos, licitação, tombamento de prédios históricos, entre outras” (SILVA, A., 2010, p.61).

O Direito privado é “disciplinador dos interesses individuais de cada um, isto é, da relação entre os particulares”. (SILVA, A., 2010, p.61) Como exemplos de relações entre particulares podemos mencionar as operações de compra e venda de bens, partilha de bens entre herdeiros, entre outras.

Esses dois grandes ramos se subdividem, para fins didáticos, em outros ramos. Essas subdivisões costumam variar de acordo com os autores. Adotamos nesse trabalho a mesma divisão utilizada na Classificação Decimal de Direito de Doris de Queiroz, conforme demonstrado na figura 1 abaixo:

Figura 1 – Principais ramos do direito.



Fonte: O autor

2.2 TERMINOLOGIA JURÍDICA

Conforme já destacado anteriormente, o Direito, assim como outras áreas do conhecimento, possui uma terminologia própria, no caso específico do Direito, de caráter bastante rebuscado. Os operadores do Direito precisam dominar esse vocabulário a fim de entender de forma mais profunda os ordenamentos jurídicos.

Com o bibliotecário que atua em escritórios jurídicos não é diferente. Visto este ter contato direto com advogados, ou outros operadores do Direito, o profissional da informação precisa ter conhecimento dos termos utilizados na área, não somente para que possa executar tarefas

relacionadas à catalogação, indexação e classificação dos materiais, mas como também para que possa atender seu usuário de forma satisfatória quando este solicitar ao bibliotecário uma pesquisa jurídica.

Segundo Passos e Barros (2009) os bibliotecários jurídicos precisam ter pleno conhecimento do vocabulário que utilizarão a fim de que a comunicação entre estes e os usuários ocorra de forma satisfatória, sem os indesejados ruídos.

2.3 FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

As fontes jurídicas são categorizadas em fontes materiais e fontes formais. Neste trabalho, deteremos nossa atenção somente às fontes formais, que se apresentam em três formas básicas: Doutrina, Legislação e Jurisprudência. Cada uma delas será posteriormente conceituada a fim de facilitar o entendimento.

Segundo Silva (2010) as fontes legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais são as mais relevantes na atuação profissional do bibliotecário jurídico, constituindo assim a chamada documentação jurídica. É essencial que o bibliotecário conheça e saiba distinguir tais fontes a fim de desempenhar de maneira satisfatória suas atividades.

2.3.1 Doutrina

A doutrina “consiste na teorização do conhecimento jurídico, feita por especialistas da área e expressa em publicações monográficas ou seriadas” (GUIMARÃES, 1993, p.42). Tal conceito assemelha-se bastante com a definição de Palaia (2006 apud SILVA, A., 2010, p.92) que afirma que a doutrina consiste nos trabalho de juristas e estudiosos do Direito que criam conceitos, teorias e institutos jurídicos.

É na doutrina que “se encontra a preocupação com o caráter científico da informação jurídica, através do estabelecimento de conceitos, definições, estruturas e princípios para os institutos expressos na legislação e aplicados a casos concretos pela jurisprudência” (GUIMARÃES, 1993, p.42).

A doutrina pode se apresentar na forma de livros, artigos, pareceres, teses entre outros.

2.3.2 Legislação

Legislação é o “conjunto normativo que regula a convivência social, elaborada pelo poder legislativo dos Municípios, Estados e União” (MIRANDA; D’AMORE; PINTO, 2013, p.99).

Conforme já mencionado, existe uma imensa quantidade de normas editadas diariamente. No entanto, com a mesma rapidez que novas leis surgem, muitas leis perdem sua vigência. O profissional bibliotecário precisa estar atento a tais mudanças, pois a utilização de uma legislação que já se encontra revogada pode trazer grandes problemas na pesquisa jurídica resultando até mesmo em prejuízo para a empresa.

2.3.3 Jurisprudência

De acordo com Passos e Barros (2009, p.70) jurisprudência “é o conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos importantes”. Em outras palavras, são decisões reiteradas dos juízes e tribunais acerca de determinada questão, revelando uniformidade no entendimento. Ainda de acordo com Passos e Barros (2009, p. 70) seu entendimento “pelo advogado e demais operadores do direito é indispensável”. Com respeito ao papel preponderante que a jurisprudência ocupa, “cumpre a jurisprudência atualizar o entendimento da lei dando-lhe uma interpretação atual que atenda as necessidades do momento do julgamento” (SILVA, M., 2010, p.22).

2.4 ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

As sociedades de advocacia, enquanto segmentos econômicos representam “2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em números de 2006 conforme o Anuário – Análise 2007” (NEUBHAHER, 2010, p.1).

A advocacia é uma área de intensa competitividade, existindo no Brasil cerca de 20 mil escritórios de advocacia, sendo que mais de 14 mil desses escritórios localizam-se no eixo RJ-SP, segundo dados fornecidos pela Análise Setorial do Valor Econômico (2007).

A expectativa é que o setor continue crescendo, principalmente devido a questões como a falta de dinheiro que tem tornado a justiça um verdadeiro ringue, trazendo um crescente

aumento no número de processos. A área de contencioso tem crescido também por conta das empresas que precisam se defender de ações propostas por ex-funcionários e consumidores insatisfeitos. Além disso, muitas empresas ajuízam ações questionando os impostos cobrados pelo fisco.

Percebemos, portanto, grande potencial gerador de empregos em especial para atividade intelectual altamente qualificada e de enorme concorrência. (NEUBHAHER, 2010, p.3).

Os escritórios jurídicos possuem em sua maioria um corpo jurídico composto por sócios, associados, estagiários, consultores e um staff administrativo. Esses últimos tem a tarefa de assessorar os advogados na realização de atividades jurídicas e garantir o seu bom desempenho. O staff administrativo é em geral composto por profissionais da área de finanças, administração, contabilidade, secretariado, informática, recursos humanos, biblioteconomia e arquivologia. Nosso interesse neste estudo é especificamente na atuação dos profissionais de biblioteconomia nesses escritórios.

Existem três tipos clássicos de sociedade de advocacia por tipo de atendimento ao cliente, ou especialização-segmentação, segundo Hapner (2002): os escritórios *Full Service*, são escritórios que atuam em todas as áreas do Direito; os escritórios abrangentes são os que atuam em áreas tradicionais e em amplos segmentos, como por exemplo, o Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito Empresarial, Direito Penal, entre outros; e por último, os escritórios especializados são os que direcionam sua atuação a um número reduzido de áreas do direito, atendendo seus clientes com alto grau de profundidade e complexidade. Como exemplo desse tipo de escritório, podemos citar os que atuam nas áreas do Direito Societário, Direito Trabalhista, Direito Tributário etc.

Rezende (2003) afirma que os advogados bem como as bibliotecas são elementos que compõe as indústrias do conhecimento. Os advogados promovem a adequação entre as atividades pessoais ou empresariais dos clientes e seus conjuntos de normas reguladoras existentes no ordenamento jurídico do nosso país. (FULLIN, 2006). A fim de atingir tais objetivos, o advogado depende da informação como matéria-prima básica de seu dia-a-dia, especialmente, informação jurídica.

A biblioteca jurídica é, portanto, um departamento de importância crescente dentro de escritórios de advocacia, pois para estas empresas ela é um dos repositórios de conteúdo técnico doutrinário de cunho decisório. (GONÇALVES; SANTOS, 2009, p.4)

Ainda, de acordo com Pereira (2006, p. 21) a biblioteca jurídica é “elemento chave para obtenção de benefícios como qualidade, produtividade e competitividade para o escritório de advocacia”. Para que a biblioteca alcance tais objetivos, no entanto, é necessário que o bibliotecário atuante possua sólidos conhecimentos da área jurídica, o que inclui os ramos do direito, a terminologia, a estrutura jurídica do país, as fontes de informação jurídica bem como os tipos documentais. Somente assim, este profissional contribuirá na qualidade, produtividade e competitividade nos escritórios de advocacia.

2.5 O BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO E SUA FORMAÇÃO

A gestão do conhecimento jurídico requer do profissional bibliotecário aptidão nas técnicas biblioteconômicas, bem como de vasta expertise nos assuntos que estão em volta do ambiente de atuação da empresa jurídica (GONÇALVES; SANTOS, 2009).

Segundo Loureiro, nas bibliotecas especializadas em direito “o métier do bibliotecário amplia-se a partir do momento em que, ao manejar frequentemente a informação jurídica, adquire status de especialista dessa informação, o que cria a possibilidade de lhe conferir a prerrogativa de colaborador do usuário no desenvolvimento de seus estudos, agregando-se à de consagrado intermediário. Para contextualizar a informação-objeto de seu trabalho, o bibliotecário necessita buscar o conhecimento jurídico, que pode ser adquirido pela educação formal ou não. (LOUREIRO, 2005).

Percebemos, então, a necessidade do bibliotecário que atua na área jurídica possuir conhecimentos jurídicos, a fim de bem desenvolver seu trabalho. Importante notar, que de acordo com Loureiro, os conhecimentos jurídicos podem ser adquiridos pela educação formal, ou seja, cursos de graduação ou pós-graduação, ou por outros meios, como congressos, eventos, palestras, cursos rápidos etc.

A necessidade de especialização, para melhor atuação nesta área, é amplamente reconhecida.

A compreensão do sistema jurídico nacional, construído sobre os pilares do Estado Democrático de Direito, é condição sem a qual o bibliotecário não consegue dimensionar o alcance dos institutos jurídicos para coordenar os seus conceitos e aplicação. É esse conhecimento que vai instrumentá-lo para definir as estratégias de busca da informação e, com a previsível precisão dos resultados obtidos, garantir a credibilidade de sua relação com o usuário. (LOUREIRO, 2005, p.)

Segundo Passos e Barros (2009) a formação em biblioteconomia em nosso país tem caráter essencialmente genérico, habilitando o profissional com competências que o capacitam a trabalhar em qualquer tipo de serviço de informação.

No entanto, cada nicho da biblioteconomia demanda conhecimentos específicos. Um bibliotecário que atua em uma biblioteca universitária, por exemplo, de um curso de medicina precisará possuir no mínimo noções básicas de medicina e também da terminologia da área. No campo do direito não é diferente. Ao sair do curso desprovido de conhecimento específico da área jurídica, o recém-formado bibliotecário pode se deparar com dificuldades frente à diversidade de documentos cuja estrutura, função e terminologia ainda não dominam. (SILVA, 2010).

Ainda, segundo Silva (2010) existe pouca literatura direcionada ao bibliotecário jurídico que o oriente na organização de documentos legais. Os cursos de especialização jurídica também são escassos. Diante dessas dificuldades, o bibliotecário jurídico “completa sua formação no trabalho diário quando aprende noções básicas do direito e seu vocabulário próprio” (PASSOS; BARROS, 2009).

É importante ressaltar, no entanto, que existe no Rio de Janeiro iniciativa por parte de um grupo de bibliotecários que atua na área jurídica no sentido de incentivar os profissionais da área a fazerem um intercâmbio de informações. O Grupo de bibliotecários em informação e documentação jurídica (GIDJ) do Rio de Janeiro foi criado em 1973 e é constituído por bibliotecários que se reúnem a fim de trocarem experiências da área. Além disso, promove cursos, disponibiliza artigos e vagas de emprego.

3 METODOLOGIA

Metodologia segundo Gil (2008) é o caminho que se percorre para chegar a determinado fim, ou o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento.

Nesta pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa do ponto de vista empírico, do tipo descritiva sob a forma de pesquisa bibliográfica e documental.

A fim de atingir os objetivos propostos foi utilizado como instrumento de coleta de dados, entrevistas estruturadas, realizadas individualmente com bibliotecários atuantes em cinco escritórios privados de advocacia no Estado do Rio de Janeiro.

A amostra selecionada é não probabilística, de caráter intencional. Foram escolhidos bibliotecários que atuam em cinco escritórios jurídicos privados do Rio de Janeiro. Esses escritórios foram selecionados usando como critério o ranking produzido pela Revista Advocacia 500, ano 2012, revista especializada que anualmente apresenta os melhores escritórios de advocacia do país.

Os sujeitos da pesquisa estão relacionados no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Escritórios de advocacia no Rio de Janeiro.

ESCRITÓRIO	CIDADE	RANKING
Pinheiro Neto Advogados	Rio de Janeiro	1°
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	Rio de Janeiro	2°
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	Rio de Janeiro	3°
Siqueira Castro Advogados	Rio de Janeiro	5°
Dannemann Siemsen Advogados	Rio de Janeiro	6°

Fonte: O autor

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas foram realizadas por meio de contato telefônico e envio de e-mails com os bibliotecários dos cinco escritórios. Não foi possível agendar entrevistas pessoais devido ao volume de trabalho e consequente falta de tempo por parte dos entrevistados.

Foi utilizado um roteiro composto de onze perguntas a fim de direcionar a entrevista.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Com respeito a sua formação, os bibliotecários entrevistados em sua maioria graduaram-se na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Apenas um destes graduou-se pela Universidade Federal Fluminense (UFF), conforme demonstrado no Quadro 2. Além disso, o tempo de graduação em Biblioteconomia por parte dos entrevistados varia entre um ano e meio a mais de trinta e nove anos.

Quadro 2 - Formação dos entrevistados em termos de graduação.

ESCRITÓRIO	UNIVERSIDADE	TEMPO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA	OUTRA GRADUAÇÃO
Pinheiro Neto Advogados	UNIRIO	1 ano e meio	-
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	UNIRIO	5 anos	-
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	UNIRIO	39 anos	-
Siqueira Castro Advogados	UFF	12 anos	História - UERJ
Dannemann Siemsen Advogados	UNIRIO	9 anos	-

Fonte: O autor

Percebemos no quadro 2 que os entrevistados em sua maioria possuem apenas um curso de graduação com exceção da bibliotecária atuante no escritório Siqueira Castro que também é graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O Quadro 3 demonstra a quanto tempo os perquiridos lidam com a temática jurídica. Com efeito, depreende-se que os entrevistados possuem experiência suficiente para identificar e relatar com exatidão os desafios que enfrentam no cotidiano de um escritório de advocacia.

Quadro 3 - Tempo de atuação na área jurídica.

ESCRITÓRIO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA JURÍDICA
Pinheiro Neto Advogados	5 anos
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	9 anos
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	4 anos
Siqueira Castro Advogados	12 anos
Dannemann Siemsen Advogados	5 anos

Fonte: O autor

Pode-se notar que o tempo que os bibliotecários entrevistados atuam em escritórios jurídicos varia entre quatro a doze anos. Em alguns casos o contato com a área jurídica antecede a obtenção de grau em biblioteconomia.

4.2 FORMAÇÃO EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO E CONHECIMENTO JURÍDICO

De acordo com os bibliotecários entrevistados, apenas um deles teve acesso a conteúdos jurídicos em disciplinas durante a graduação em biblioteconomia, ainda que de forma superficial, conforme apresentado abaixo no quadro 4.

Quadro 4 - Oferecimento de disciplinas com conteúdos jurídicos na graduação.

ESCRITÓRIO	UNIVERSIDADE	OFERECEU	DISCIPLINAS
Pinheiro Neto Advogados	UNIRIO	Sim	Estudo de Usuários
Machado, Meyer,	UNIRIO	Não	-

Sendacz e Opice			
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	UNIRIO	Não	-
Siqueira Castro Advogados	UFF	Não	-
Dannemann Siemsen Advogados	UNIRIO	Não	-

Fonte: O autor

Percebemos que uma das entrevistadas afirmou ter tido contato com conteúdos jurídicos na disciplina “Estudo de Usuários” oferecida na UNIRIO ainda que de forma superficial. No entanto, os outros bibliotecários que se graduaram na mesma instituição afirmaram não terem tido qualquer acesso à informação jurídica. Tal contraste pode ter relação com a recente reestruturação da grade curricular do curso de biblioteconomia efetuada pela UNIRIO, visto que a bibliotecária em questão possui pouco tempo de formada, a saber, um ano e meio ou até mesmo pelo fato de o professor que ministrou a disciplina ter apresentado esse tipo de informação.

Outro aspecto quase unânime entre os entrevistados é o fato de terem estagiado na área jurídica durante o período de graduação conforme demonstrado no quadro 5. De acordo com os entrevistados o estágio foi essencial para atuação na área jurídica posteriormente como bibliotecários, visto o conteúdo jurídico oferecido na graduação ter sido insuficiente ou nulo para a maior parte dos casos.

Quadro 5 - Estágio na área jurídica durante a graduação.

ESCRITÓRIO	UNIVERSIDADE	Trabalhou com informação jurídica durante a graduação
Pinheiro Neto Advogados	UNIRIO	Sim
Machado, Meyer, Sendacz e Opice	UNIRIO	Sim
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	UNIRIO	Não

Siqueira Castro Advogados	UFF	Sim
Dannemann Siemsen Advogados	UNIRIO	Sim

Fonte: O autor

Algumas das respostas dos bibliotecários que demonstra a importância que a realização de estágios em escritórios jurídicos teve em sua atuação como bibliotecários jurídicos é percebida através de seus comentários:

— “A prática é fundamental. O estágio me proporcionou muita experiência”. (Bibliotecário(a) – Siqueira Castro).

— “Desde a época de estagiária procurei esses locais de trabalho (...) área que sempre me interessei”. (Bibliotecário(a) – Dannemann).

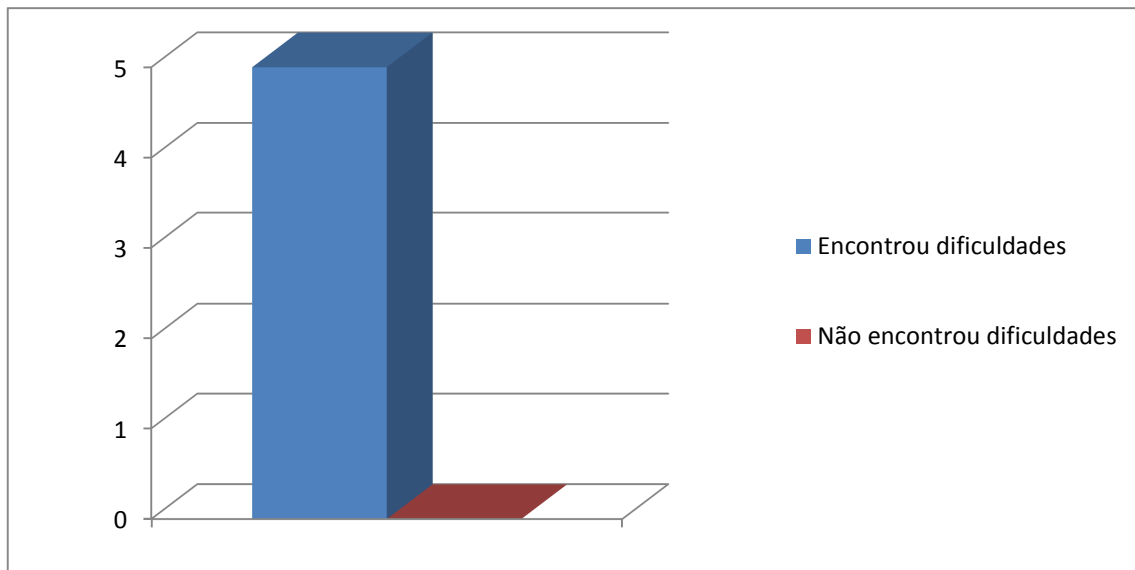
— “Atuo na área jurídica desde meu primeiro estágio neste setor (...) meus estágios em escritórios de advocacia foram fundamentais para minha atuação como bibliotecário jurídico (...) no total fiz estágio em três escritórios de advocacia”. (Bibliotecário(a) – Pinheiro Neto).

— “Eu sempre fiz estágios em escritórios de advocacia (...) passei por todas as áreas (...) aprendi muito no balcão de atendimento o uso do tal juridiquês”. (Bibliotecário(a) – Machado Meyer).

4.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO

Todos os bibliotecários entrevistados afirmaram ter enfrentado desafios no início de sua atuação como bibliotecários jurídicos conforme demonstrado no gráfico 1, e ressaltam que ainda enfrentam, mesmo com a experiência adquirida com a prática. Tentaremos identificar ao longo dessa seção, quais são esses desafios especificamente e sua possível relação com a indisponibilidade de matérias jurídicas durante a graduação.

Gráfico 1 – Surgimento de desafios no exercício das atividades.



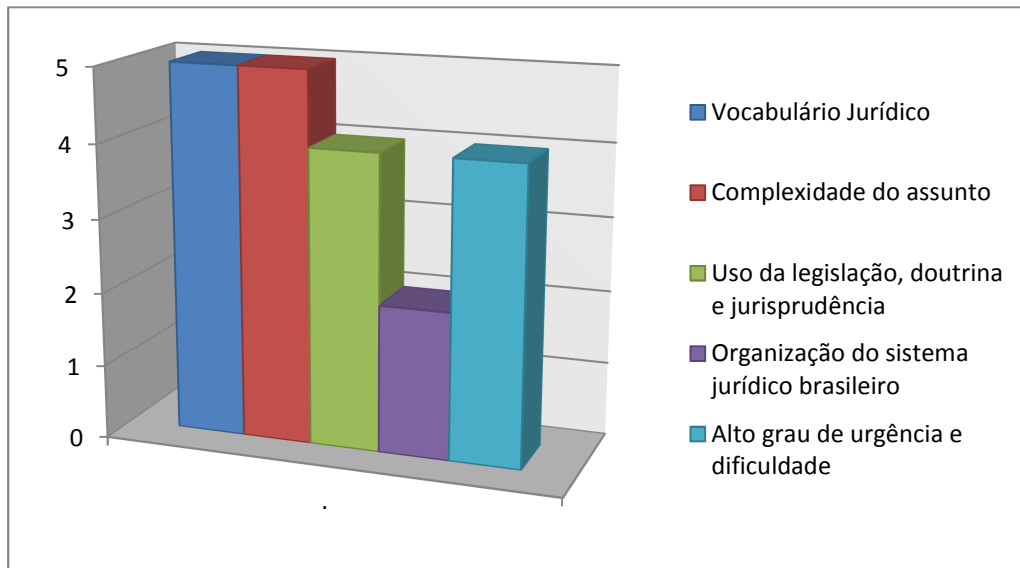
Fonte: O autor

Percebemos no gráfico 1 acima que todos os entrevistados afirmaram terem enfrentado desafios ao ingressarem como bibliotecários em escritórios de advocacia.

Apesar da maioria dos bibliotecários terem desenvolvido estágios na área jurídica durante a graduação, todos eles afirmaram ter enfrentado dificuldades ao serem contratados como bibliotecários de escritórios jurídicos. Esses dados revelam a complexidade da área jurídica, fator que exigiria um maior preparo teórico por parte desses profissionais em conjunto com a prática.

O gráfico 2 apresenta quais foram os desafios mais mencionados pelos bibliotecários entrevistados no exercício de suas atividades como bibliotecários atuantes em escritórios de advocacia.

Gráfico 2 - Tipos de dificuldades encontradas no exercício das atividades.



Fonte: O autor

Podemos notar que o maior desafio apontado por todos os entrevistados foi referente à utilização do vocabulário jurídico e com respeito à complexidade dos assuntos abarcados na área jurídica. A segunda maior dificuldade mencionada diz respeito à questão do uso da legislação, doutrina e jurisprudência além do alto grau de dificuldade e urgência que a área jurídica demanda.

Por último, foi apontada a questão da dificuldade de compreensão da organização do sistema jurídica brasileiro, citada por dois bibliotecários como desafio nas suas atividades diárias.

Algumas das respostas quanto aos desafios que encontraram no exercício de suas atividades em escritórios jurídicos foi:

— “Encontrei dificuldades para entender as nuances do direito (...) hoje essa dificuldade ainda aparece quanto surgem assuntos novos, para isso consulto um dos profissionais que me orientam quanto a melhor maneira de tratar o assunto (...) a questão do juridiquês atrapalha a rotina de tratamento e pesquisa de informações (...) dificuldade de entender o ordenamento jurídico do Brasil e Estados Unidos”. (Bibliotecário(a) – Dannemann)

— “Eu confundia um pouco os conceitos (...) os advogados querem tudo para ontem”. (Bibliotecário(a) – Pinheiro Neto)

— “O vocabulário é totalmente diferente (...) encontrar a legislação é complicado”. (Bibliotecário(a) – Siqueira Castro)

— “Encontrei dificuldade devido à complexidade dos assuntos”. (Bibliotecário(a) – Mattos Filho)

— “Uma grande dificuldade é o acesso à informação (...) legislações (...) preciso estudar quando surge um termo que não conheço”. (Bibliotecário(a) – Machado Meyer)

— “Participei ano retrasado de um evento no Rio sobre biblioteca jurídica e percebi que as grandes massas dos profissionais não sabem a diferença entre doutrina e jurisprudência (...) esse entendimento, a meu ver, é passo inicial para qualquer profissional que resolva entrar no mercado jurídico além de entender como a jurisprudência brasileira funciona, sabendo identificar quais são as peças processuais de interesse e cunho relevante para atender um profissional”. (Bibliotecária(o) – Dannemann).

4.4 EDUCAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA JURÍDICA

Com o objetivo de identificar de que maneiras os bibliotecários entrevistados adquiriram conhecimento especializado a fim de atuar na área jurídica, foi indagado se os respondentes haviam buscado educação complementar e de quais maneiras.

O quadro 6 demonstra as principais formas de atualização utilizadas pelos profissionais.

Quadro 6 - Alternativas para complementar sua formação

Bibliotecários	Educação continuada
3	Cursos na área jurídica
4	Eventos, palestras
1	Leitura de livros, artigos e outros
1	Auxílio de advogados e outros operadores do direito

Fonte: O autor

O maior destaque foi a participação em eventos e palestras na área jurídica financiadas pelos próprios escritórios de advocacia onde esses bibliotecários atuam. Em segundo lugar foram citados os cursos na área jurídica, no entanto, foi ressaltado por alguns bibliotecários a questão de esses cursos serem raros ou muito esporádicos. Um dos bibliotecários mencionou a participação em um curso em pesquisa de fontes de informação jurídica realizado na UERJ. Menos citados como forma de atualização foram a leitura de livros e similares bem como a solicitação de auxílio por parte de advogados ou outros operadores do direito através de sua experiência.

Algumas das respostas dos entrevistados foram:

— *“O Rio de Janeiro é muito pobre em cursos na área, mas debrucei sobre os livros, como o da Atienza, nos dicionários jurídicos, nos livros de introdução ao direito (...) assisti palestras e seminários (...) contei com o apoio de minhas chefes e o conhecimento tácito delas”.* (Bibliotecário(a) – Siqueira Castro)

— *“Não há cursos na área jurídica (...) o escritório patrocina participação em eventos”.* (Bibliotecário(a) – Machado Meyer)

— *“Participo em cursos e eventos da área de documentação e informação jurídica”.* (Bibliotecário(a) – Mattos Filho)

— *“A empresa me custeou e me permitiu participar de palestras no horário do trabalho”.* (Bibliotecária(o) – Siqueira Castro).

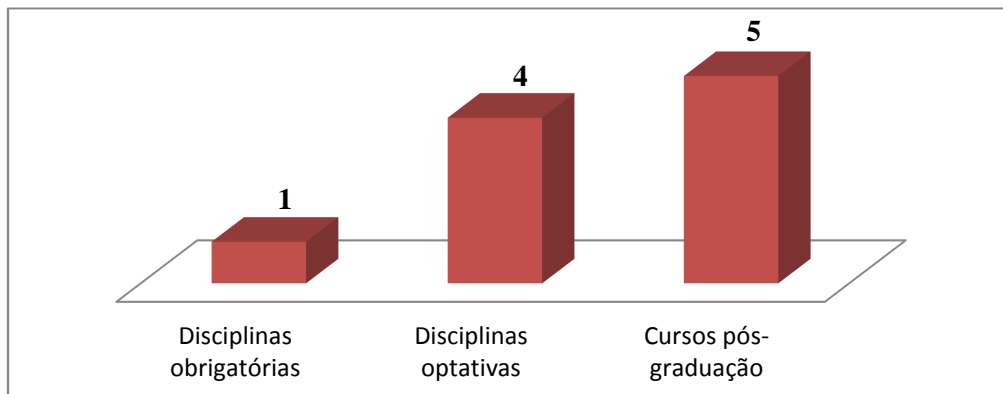
— *“Anualmente participo de eventos referente a bibliotecas jurídicas”.* (Bibliotecário(a) – Dannemann)

— *“O uso de material de referência como dicionários, vocabulários jurídicos e a própria CDDIr auxiliaram no processo”.* (Bibliotecária(o) – Siqueira Castro).

— *“Não existem cursos nem na biblioteconomia e muito menos para a área jurídica. Temos que nos enveredar para administração e informática”.* (Bibliotecária(o) – Siqueira Castro).

O gráfico 3 demonstra o que os bibliotecários entrevistados pensam a respeito da inclusão de disciplinas jurídicas nos cursos de graduação em biblioteconomia do Rio de Janeiro ou se consideravam que não é papel da universidade prover tais conhecimentos, devendo o profissional recorrer a cursos de pós-graduação.

Gráfico 3 – Disciplinas jurídicas em nível de graduação e pós graduação.



Fonte: O autor

A maioria dos entrevistados afirmou achar importante a criação de disciplinas optativas nos cursos de graduação em biblioteconomia que compreendam a área do direito. Apenas um entrevistado afirmou que tais disciplinas deveriam fazer parte da grade obrigatória do curso. Como sugestão foi mencionado que nas disciplinas jurídicas poderia haver aulas práticas com visitas a bibliotecas jurídicas, realização de estudos de casos e enfoque especial no ensino das fontes de informação jurídica as quais são doutrina, legislação e jurisprudência.

Foram algumas das respostas:

— “Deveria ser optativo uma disciplina de pesquisa nos sites jurídicos e outra disciplina obrigatória para que todo estudante tenha conhecimento da documentação jurídica, doutrina, legislação e jurisprudência”. (Bibliotecário(a) – Machado Meyer)

— “Seria interessante que as disciplinas (...) nos dessem pelo menos noção básica de conteúdos jurídicos e visitas guiadas (...) Poderiam ser optativas (...) facilitariam até mesmo na escolha profissional a posteriori”. (Bibliotecário(a) – Siqueira Castro)

— “A biblioteconomia é muito dinâmica, e acredito que a inserção de disciplinas sobre as diversas áreas deveriam ser disponibilizadas aos alunos de forma optativa”. (Bibliotecário(a) – Dannemann)

— “Saímos da faculdade somente com a noção de bibliotecas especializadas e mais nada (...) como sugestão seria interessante focar mais nas bibliotecas especializadas”. (Bibliotecária(o) – Siqueira Castro).

— “Minha sugestão seriam mais aulas práticas (...) visitas a diversas bibliotecas especializadas. Acho precipitado um curso de biblioteconomia dar mais ênfase a administração e tecnologia sem aprofundar as matérias básicas da área”. (Bibliotecária(o) – Machado Meyer).

— “As disciplinas poderiam ser optativas, ao invés de termos que fazer isso em disciplinas de outros cursos que muitas vezes não nos acrescentam nada. (...) Precisamos de disciplinas que facilitem nossas escolhas para o futuro (...) como sugestão seria interessante fazer do estágio supervisionado um forte aliado para fortalecer o conteúdo”. (Bibliotecário(a) – Siqueira Castro).

Com respeito à criação de cursos de pós-graduação na área do direito voltado para bibliotecários, todos os entrevistados afirmaram que tais cursos precisariam ser criados no Rio de Janeiro, visto que no Estado não existe ainda nenhum curso em nível de pós-graduação nessa área. Algumas das respostas foram:

— “Não temos nenhum curso de pós-graduação na área do direito para profissionais da informação, especificamente (...) acho que deveriam investir mais nessa área”. (Bibliotecário(a) – Pinheiro Neto)

— “Não, não há cursos suficientes na área jurídica e nem na área de biblioteconomia”. (Bibliotecário(a) – Dannemann)

— “São raros, em nível de pós-graduação desconheço”. (Bibliotecário(a) – Mattos Filho)

— “*Não há cursos suficientes*”. (Bibliotecário(a) – Machado Meyer)

4.5 ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA E A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Foi abordada durante as entrevistas a questão referente a se os bibliotecários desempenhavam em suas atividades diárias nos escritórios de advocacia atividades que envolvessem a gestão do conhecimento e inteligência competitiva ou somente atividades inatas de uma biblioteca.

Todos os bibliotecários afirmaram desempenhar atividades relacionadas a essas temáticas, devido aos escritórios de advocacia serem empresas competitivas e dinâmicas.

Algumas das respostas foram:

— “*(...) Atuo numa empresa competitiva e precisamos nos adaptar às suas necessidades. Então analisar os ambientes, monitorar as informações, adaptar os objetivos são formas que temos de responder às mudanças do ambiente. (...) Poupar o tempo do operador do direito com pesquisas são formas de nos mantermos competitivos, ativos e maximizando ao máximo os serviços da biblioteca*”. (Bibliotecária(o) – Siqueira Castro).

— “*O mercado está muito mais competitivo e as organizações estão começando a perceber a importância da informação e, com isso é importante que a organização esteja sempre atualizada com informações referentes a seus clientes e concorrentes*”. (Bibliotecária(o) – Pinheiro Neto).

— “*Diariamente monitoramos, selecionamos e organizamos informações do ambiente competitivo em geral. Elas são transformadas em inteligência. Trabalhamos com repositório da produção e transformamos em conhecimento após análise*.” (Bibliotecária(o) – Machado Meyer).

Diante dessa crescente demanda torna-se essencial que os profissionais que pretendem atuar na área jurídica ou que já atuem, possuam sólidos conhecimentos da área jurídica a fim de estarem aptos a desempenharem tais atividades relacionadas às gestão do conhecimento e inteligência competitiva e assim assegurarem suas posições e demonstrarem sua importância e capacidade profissionais como bibliotecários em escritórios de advocacia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das especificidades da área jurídica, conforme demonstrado ao longo do trabalho, é imprescindível que o bibliotecário que atua ou pretende atuar em bibliotecas jurídicas, em especial as bibliotecas de escritórios de advocacia privados, detenham conhecimentos sólidos na área do Direito.

Porém, conforme salientado, os cursos de biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro não oferecem disciplinas que abarquem conteúdos jurídicos. Em vista disso, o profissional recém-formado encontra muitas dificuldades ao atuar nessas áreas. Muitas vezes, o bibliotecário nem mesmo consegue obter tais posições visto que o conhecimento jurídico costuma ser um pré-requisito para essas vagas. Na maioria das vezes os bibliotecários que atuam em escritórios jurídicos são aqueles que tiveram oportunidade de estagiar na área durante a graduação.

Em vista disso, esse profissional acaba profissionalizando-se no exercício das atividades de seu trabalho, ou até mesmo, recorre à dupla formação na área do Direito. De acordo com Silva (2005, p.24) “as vagas deste segmento sempre são muito concorridas, e em alguns casos, a dupla formação como bibliotecário e bacharel em Direito faz uma grande diferença no processo seletivo e no próprio exercício da função”.

Para aqueles que não têm como objetivo obter uma dupla formação, cursos em nível de pós-graduação poderiam ser a solução. No entanto, no Brasil “a educação continuada não pode ser buscada nos bancos das universidades, pois não existe nenhum curso de especialização nessa área” (Baptista, et al., 2008, p.159).

Em vista disso, muitas vezes a única forma de se obter conhecimentos jurídicos é através da participação em seminários, congressos, palestras e pela leitura autodidata de artigos de periódicos ou livros.

Diante disso, é de extrema urgência que essa questão seja avaliada pelas universidades, pesquisadores, profissionais e alunos, visto a área jurídica ser detentora de muitas e excelentes oportunidades de trabalho para os bibliotecários, que muitas vezes não as ocupam pela falta de conhecimentos e habilidades necessárias a tal função.

REFERENCIAS

- AMARAL, Gilberto Luiz do. et al. **Quantidade de normas editadas no Brasil: 19 anos da Constituição Federal de 1988**. Curitiba: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2007. Apud PASSOS; BARROS, 2009, p.98.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 6 p.
- BAPTISTA, Sofia Galvão. et al. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**. Brasília, DF, v.2, n.2, p. 151-174, jul./dez.2008.
- CARMO, Suzana de Oliveira. **O homem, a sociedade e o direito**. Disponível em:< <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2193/O-homem-a-sociedade-e-o-Direito>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- CARVALHO, Doris de Queiroz. **Classificação decimal de direito**. 4. ed. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.
- FULLIN, Camila Barleta. Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de campinas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.3, n.2, p. 31-42, jun. 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GONÇALVES; SANTOS. A biblioteca jurídica como fonte de conhecimento decisório. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v.2, n.2, p.4-11, set. 2009.
- LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. Disponível em: < <http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>> Acesso em: 30 nov. 2013.
- MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; D'AMORE, Ticiano Maciel; PINTO, Virginia Bentes. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.18, n.3, p.96-110, jul./set. 2013.

NEUBHAHER, Berenice. **Advocacia**: um bom e próspero mercado de trabalho para o bibliotecário. Infohome, 2010. Coluna informação jurídica. Disponível em: www.ofaj.com.br. Acesso em: 20 out. 2013.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **O homem e a norma**. Disponível em: <<http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-1/153-o-homem-e-a-norma->>. Acesso em: 23 out. 2013.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; OLIVEIRA, Sueli Ferreira Júlio de. Utilização de tecnologias de informação pelas bibliotecas da área jurídica de Florianópolis - SC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 77-97, 1997.
PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2009.

PEREIRA, Mariland Pires. Biblioteca como recurso estratégico no escritório de advocacia. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.4, n.1, p.19-37, jul./dez., 2006.

PINHO, Fábio Assis; BARBOSA, Ângela Maria da Silva. Os usuários da informação jurídica. **Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, Pittsburgh, n.44, p.50-61, 2011. Disponível em: < <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/44>>. Acesso em: 23 out. 2013.

SALASARIO, Maria Guilhermina da Cunha. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão – IMP/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.5, n.5, p. 104-119, 2000.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasília, DF: Thesaurus, 2005.

SILVA, Marli Vitor da. **O comportamento informacional de advogados**: um estudo com profissionais que atuam na cidade de Marília e região. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Marília, 2010.

APÊNDICA A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pergunta 1: Qual sua formação em nível de graduação, em qual instituição de ensino e quanto tempo possui de graduado?

Pergunta 2: Há quanto tempo atua na área jurídica?

Pergunta 3: A sua formação em nível de graduação em biblioteconomia lhe proporcionou conhecimentos da área jurídica? Em quais disciplinas?

Pergunta 4: Possui alguma formação na área jurídica? Qual?

Pergunta 5: Você ao começar a atuar na área jurídica encontrou dificuldades no uso da legislação, jurisprudência e doutrina por conta da linguagem técnica (jurisdiquês) e falta de conhecimento da estrutura jurídica do país (hierarquia de leis por exemplo) ou outras?

Ainda tem algum tipo de dificuldade quanto a esses aspectos hoje?

Pergunta 6: A prática profissional foi essencial para sua atuação como Bibliotecário Jurídico?

Pergunta 7: A instituição na qual trabalha lhe proporcionou complementação profissional ,ou incentivou de alguma maneira a sua atualização profissional? De que maneira?

Pergunta 8: Acredita ser necessário a inclusão de disciplinas com conteúdos jurídicos na grade curricular? Caso a resposta seja sim, tais disciplinas deveriam ser optativas ou obrigatórias?

Pergunta 9: Em sua opinião, existem cursos suficientes em nível de pós-graduação ou até mesmo cursos de curta duração no RJ na área jurídica para profissionais da informação?

Pergunta 10: Qual seria sua sugestão para melhoria das grades curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia?

Pergunta Complementar:

Desempenha atividades relacionadas à Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva no desempenho de seu trabalho?